

A PRODUÇÃO DE POLÍTICAS DE CURRÍCULO EM MINAS GERAIS (1999-2002)

*Paulo Roberto Oliveira Dias*¹

Resumo: Este trabalho tem, como foco principal, analisar as mudanças curriculares constituídas pelo Projeto Veredas, uma Política de Currículo elaborada e implementada no período de 1999-2002, no estado de Minas Gerais. Para tanto, estabelecemos, como princípio teórico-metodológico, a abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball, no qual é evidenciada a importância da inter-relação de contextos (de influência, de produção do texto e da prática) e são valorizadas as relações global/local, demonstrando que toda política está sujeita à interpretação e recriação na política original. Como recurso empírico, a pesquisa foi realizada pela análise de documentos produzidos pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE/MG) para execução do Projeto Veredas – Formação Superior de Professores.

Palavras-chave: ciclo de políticas; projeto veredas; política educacional

No âmbito da complexidade dos fenômenos educacionais brasileiros, a discussão sobre currículo, na agenda das políticas para a Educação de diversos governos, tem sido posta como carro-chefe de reformas visando, segundo esses mesmos governos, contribuir para reverter os baixos índices de aproveitamento escolar e para qualificar melhor a formação docente, dentre outras ações. Essa centralidade, inclusive, nos possibilita compreender essas reformas curriculares como se fossem a própria Política Educacional como um todo, na medida em que as ações praticadas envolvem-se com mudanças, de maior relevância, nas Políticas Curriculares. Amparados pela literatura que tem tratado da história do pensamento curricular no Brasil (Lopes e Macedo, 2002; Moreira, 1990; Domingues, 1988), sabemos que essa aproximação requer cuidados nos enfoques e, principalmente, na forma de abordagem utilizada, objetivando entender os movimentos de constituição das Políticas Educacionais e sua relação com as Políticas Curriculares e vice-versa. Conforme apontam produções científicas dessas áreas do conhecimento, trata-se de campos com objetos de estudo distintos, mas não excludentes entre si. Talvez, possamos dizer que, no caso das reformas educacionais brasileiras, em função do conjunto de ações envolverem-se mais destacadamente com as Políticas Curriculares, as mudanças decorrentes das Políticas Educacionais propiciem o

entendimento de que ambas as políticas lidam com o mesmo objeto de estudo ou mais provavelmente dizer que a Política Educacional tenha se constituído utilizando-se das Políticas Curriculares.

Embora esse debate não fosse nossa prioridade neste trabalho, tornou-se pertinente iniciar nossa reflexão atentando para esse fato, haja vista que a experiência de reforma educacional ocorrida no estado de Minas Gerais, para o período de 1999-2002, desenvolveu-se no entorno dessa compreensão, ou seja, a Política Educacional foi traçada com foco na Política Curricular. É importante ressaltar que nossa atenção centrou-se nos procedimentos da construção e implantação dessa Política Educacional no âmbito da Secretaria de Educação do Estado - SEE/MG. Em relação à construção, foram utilizados dois mecanismos de ação: um, em primeira instância, na qual os profissionais da Educação do estado foram envolvidos para discutir problemas e prioridades a serem encaminhados pelo próximo governo estadual e o outro, em segunda instância, pela realização de um diagnóstico acerca das práticas em desenvolvimento nas escolas a partir das deliberações do governo anterior, tais como a organização do tempo escolar através de sistema de ciclos, programas de aceleração da aprendizagem, entre outros. Tomadas essas decisões, o governo, então, apresentou a proposta de Política Educacional com centralização das ações mais voltadas para as Políticas Curriculares.

Disso decorreu nosso interesse por tornar como objeto de estudo a Política Curricular do estado de Minas Gerais a partir da denominada Escola Sagarana (nome escolhido pela equipe de governo para representar essa reforma educacional), tendo como objetivo analisar o Projeto Veredas nessa Política Educacional e seus desdobramentos nos manuais de orientação para sua execução enquanto projeção de uma Política Curricular. Tal escolha justificou-se pela forma como essa política foi elaborada e pela nossa participação direta em dois programas executados, um voltado para Formação de Professores das redes públicas, em nível superior, na modalidade Ensino a Distância – o Projeto Veredas – e o outro voltado para aferição do aprendizado em alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio – o Projeto Simave – Sistema Mineiro de Avaliação Escolar.

No caso de Minas Gerais, os projetos foram definidos pela Secretaria de Educação do estado e implantados de acordo com suas diretrizes operacionais num movimento que costuma ser denominado “de cima para baixo”.

O marco principal desse processo de reforma educacional teve início antes mesmo da confirmação dos resultados da eleição ocorrida em 1998 para governadores estaduais. Para tanto, o

então candidato ao governo desencadeou sua estratégia de articulação utilizando-se de um encaminhamento no qual defendia a elaboração da reforma baseada num levantamento de dados, tendo como objetivo mapear os problemas e as prioridades educacionais apresentadas por profissionais da educação mineira e comprometendo-se a incorporar as propostas e os encaminhamentos sugeridos à futura política da Secretaria de Educação do estado. Empossado no cargo, o governador Itamar Franco manteve o compromisso, pelo menos em termos de discurso, com as propostas contidas no documento intitulado - Carta dos Educadores Mineiros – resultado dos encontros dos quais ele havia participado. Dessa forma, deu prosseguimento à estratégia de reforma sob a idéia de que colocaria a educação de Minas a serviço da coesão social e da participação democrática, empenhada no desenvolvimento humano e na construção da cidadania.

De fato, esse tipo de procedimento para implantação da reforma educacional no estado por esse governo, distanciava-se dos encaminhamentos adotados por outras gestões. Isso incentivou ainda mais nosso interesse por investigar essa Política de Educação, especialmente, no que se referia às propostas curriculares oficiais e pelo permanente incentivo à participação dos profissionais da Educação ampliando, no nosso ponto de vista, a importância desta pesquisa para a área de Currículo. A partir desse contexto, pudemos estabelecer a seguinte hipótese: se o governo estadual incorporou a participação dos Profissionais da Educação nesse processo, as questões que dizem respeito às especificidades locais foram incluídas nas políticas globais estabelecidas, logo apresentam mesclas de interesses e marcas tanto locais quanto globais.

Por isso, destacamos a perspectiva de defender as questões que poderiam ser incluídas nessa análise, quais sejam: a rejeição pela separação entre a formulação e implementação desse processo político; a interpretação que os profissionais que atuam na prática fazem ao relacionar os textos da política à prática; a inter-relação entre os contextos de influência, de produção do texto e o contexto da prática; a compreensão de que pelo fato de as políticas curriculares serem processos de negociação complexos, os textos produzidos nesses contextos, sejam escritos ou não, não são fechados nem têm sentidos fixos e claros.

Nesse sentido, demonstrando que pelo fato de toda política estar sujeita à interpretação e recriação, a política é capaz de produzir efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. Para tanto, trabalhamos com a perspectiva teórica desenvolvida por S. Ball (1995, 1999, 2001, 2004) com as ideias sobre o Ciclo de Políticas, uma vez que a referida abordagem nos permitiria uma análise crítica e contextualizada de programas e Políticas Educacionais, através da articulação entre o macro e micro-contextos.

Entre as questões que orientam esta pesquisa, destacamos algumas que se colocam em torno das ideias formuladas por Ball e que têm como objetivo explicitar como os contextos poderiam ser explorados, admitindo-se a compreensão do Ciclo de Políticas, permitindo-nos analisar as fases de elaboração e suas implicações enquanto projeção de uma Política Curricular.

Considerando essa teia de relações que envolvem a questão sobre as Políticas Curriculares, bem como a norma legal que lhe dá suporte através da Escola Sagarana, analisamos os desdobramentos nos Manuais do Projeto Veredas enquanto projeção de uma Política de Currículo. Para tanto, consideramos os seguintes documentos oficiais produzidos pela Secretaria de Educação – SEE/MG – A *Escola Sagarana* - e suas diretrizes curriculares, documento no qual constam as metas e objetivos gerais dessa política pública, o *Plano Mineiro de Educação*, além de todos os *Programas de Ação* que perfazem um total de vinte e sete, os *Anais do Fórum Mineiro de Educação*: no qual vêm retratados os encontros regionais como prévias para a realização do Fórum Mineiro de Educação (setembro de 1998). A partir desse *corpus* documental é que se procedeu à posterior análise.

Uma questão fundamental norteou este trabalho: enquanto projeção de uma Política Curricular, *o que foi proposto pelo Projeto Veredas, em seus manuais de orientação, para o processo de Formação de Professores?* Na tentativa de aprofundar esse tema, indicando outras perguntas e buscando respostas, uma preocupação foi, igualmente, orientadora: *como os contextos de influência, de produção de textos e da prática operaram no contexto da formulação dessa política?*

Para que pudéssemos desenvolver essa tese baseada nos princípios do Ciclo de Políticas, estabelecemos uma organização textual na qual procuramos salientar a ideia de que as políticas nacionais são geradas no âmbito de um contexto de influência maior, recontextualizadas e reinterpretadas, tanto global como localmente.

Dessa forma, discutimos o contexto das Políticas Educacionais brasileiras a partir da década de 1990, demonstrando como essas políticas foram balizadas no contexto de adoção de políticas neoliberais e o chamado processo de globalização. Em seguida, destacamos a Política Curricular localizada como foco central dessas reformas educacionais, evidenciando o expressivo número de teses, dissertações e artigos acerca dessa temática. No momento seguinte, centramos nossa reflexão no contexto de elaboração da Escola Sagarana, evidenciando as ações priorizadas pelo governo estadual e, finalmente, dedicamos-nos ao Projeto Veredas elaborado com o propósito de

qualificação de professores das redes públicas em nível superior, utilizando, para isso, o modelo curricular baseado no desenvolvimento de competências.

A partir dessa estrutura textual, foi-nos possível constatar algumas conclusões apresentadas nos itens subsequentes:

Contexto das Políticas Educacionais

Sobre essa questão e apesar da mudança de regime governamental do país e do discurso em defesa da democracia, o Brasil, a partir da década de 1990, manteve laços com acordos internacionais que compactuavam com as mesmas teorias que clamavam, mais uma vez, por investimento em Educação como setor estratégico para inserção no chamado processo de globalização. Para isso, fez-se uso da mesma concepção que percebe esse fenômeno como unificado e homogêneo, desconsiderando dimensões diferenciadas acerca dos efeitos materiais e retóricos do mesmo e a possibilidade de essa tendência ser reinterpretada a partir da relação entre o local e o global e a ideia de bricolagem no processo de criação de tais políticas. Assim, e num evidente distanciamento dessa compreensão, o que se defendeu e se implantou em termos educacionais foram ações voltadas para obtenção de resultados em termos de eficiência, eficácia e qualidade dos serviços educacionais. Esse novo paradigma educacional estabelecido a partir de um conjunto de políticas tecnológicas que enfatizaram o uso de mecanismos pelo Estado, como, por exemplo, a elaboração dos Parâmetros Curriculares e o Sistema de Avaliação da Escola Básica, utiliza-se de uma outra roupagem de controle e regulação.

Assim, e mesmo com a mudança do discurso governamental de que as ações de descentralização, de autonomia e de democratização do ensino seriam o mais adequado às políticas educacionais daquele período, as políticas mantiveram ações prescritivas com tendências homogeneizadoras e centradas no Estado.

Os estudos de Políticas Curriculares: o que se tem escrito no Brasil

Na investigação acerca do que se tem produzido no campo das Políticas Curriculares, seja por meio de teses, dissertações e artigos, as concepções e tendências não possuem influências significativas das ideias de Ball, pois a produção de sentidos dos textos curriculares ocorre em mão única, desfavorecendo as possibilidades de modificações em outros contextos, a falta do

entendimento acerca da hibridez presente nos discursos recontextualizados e a importância do contexto da prática na produção dessas políticas.

No entanto, o número elevado de produções de pesquisa registrado no país tendo por foco a Política Curricular demonstra ricas possibilidades de novas discussões sobre aspectos que ainda carecem de outras abordagens, tais como estudos que incorporem a percepção do Ciclo de Políticas, o reconhecimento das inter-relações contextuais, a produção de discursos híbridos em múltiplos contextos presentes nessas políticas e a importância do contexto da prática como produtores também dessas Políticas Curriculares. Pelo levantamento que realizamos, as tendências e concepções ainda estão situadas de forma mais comum em abordagens verticalizadas, ora tendo o Estado e/ou a hegemonia dos organismos internacionais como contexto exclusivo da produção de políticas; ora sendo ressaltada a presença do contexto da prática num movimento verticalizado de aceitação e/ou resistência para o contexto de influência e/ou para o contexto de produção do texto, deixando-se de capturar, nessas análises, como a política pode ser reinterpretada e como podem ser estabelecidas as relações entre o macro e o micro contextos.

O Contexto da Política Curricular em Minas Gerais: Escola Sagarana

As preocupações assinaladas pelas autoridades educacionais em relação à construção dessa Política Educacional demonstraram aproximações entre o contexto da prática e o contexto de influência (global e local) ao iniciar esse processo ouvindo as bases, usando dispositivos legais de âmbito nacional, e seguindo orientações e diretrizes de agências multilaterais e as mudanças advindas dos efeitos da globalização numa evidente recontextualização de discursos e de sentidos desejáveis a eles para execução dessa política.

Em contrapartida, o estado não conseguiu superar o uso de mecanismos de controle e de regulação na medida em que, tal como evidenciado no contexto das Políticas Educacionais brasileiras, suas ações mantiveram-se centralizadas numa instância de poder (SEE/MG) e percorreram princípios dentro do mesmo sentido do conjunto de políticas tecnológicas que prevê o relacionamento do mercado com gestão, com performatividade e com transformações na natureza do próprio estado.

Pelos Programas propostos por essa gestão estadual, dois deles se destacaram como prioridades do governo, pois sua execução possibilitaria o alcance de resultados performáticos

almeçados por essa administração, quais sejam, o desempenho do aluno e o desempenho do professor visando a mudanças na qualidade do ensino oferecido pelo estado.

Análise da Política Curricular: Projeto Veredas

A reforma educacional ocorrida em Minas Gerais no período de 1999-2002 teve como base a centralização das ações voltadas para o campo das políticas curriculares. Disso resultou nosso interesse em focalizar o Projeto Veredas, um curso voltado para formação de professores em nível superior, constituindo-se num modelo de currículo voltado para o desenvolvimento de competência no qual esse conceito, em decorrência de um discurso global que associa o currículo e a economia, caracteriza essa formação como um processo de preparação para o trabalho pedagógico e para a vida com mais dignidade. Organizado através de módulos de ensino, o currículo por competências justifica-se através da vinculação entre Educação e o mundo do trabalho, percebido como discurso recontextualizado pelo contexto local.

Através da análise dos manuais de orientação dessa Política Curricular, encontramos a concepção do currículo por competências recontextualizado pelo discurso oficial, ou seja, esse discurso recebeu influências das mais diversas, tais como, aquelas produzidas em outros contextos (política de educação nacional, política de recomendação internacional, entre outros) e apresentado nesses documentos com forte indicativo de seus méritos enquanto modelo adequado à reforma educacional pretendida, numa permanente busca pela aceitação desse paradigma como bem para o estado e para o professor. Para fortalecer a regulamentação dessa Política Curricular, os mecanismos legais deram sustentação às ideias relacionadas com exigências para atuação nos níveis de ensino e com destaque para a ênfase no conhecimento da prática e o desenvolvimento de competências a serem avaliadas nos professores. Como propósitos de aceitação, segundo nosso ponto de vista, o contexto da produção do texto (SEE/MG) apoia-se na participação do contexto da prática enquanto arena de consulta, utiliza-se das características locais (mineiridade) como mobilizador do sentido e do significado dessa empreitada na área de formação de professores para, em seguida e de um modo geral, responsabilizá-los pelo sucesso e/ou fracasso do ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, obter parâmetros de qualidade a serem aferidos pelos mecanismos de avaliação propostos aos alunos, numa evidente demonstração de aproximação entre modelos já utilizados na Educação brasileira em tempos passados que, retornando numa outra

roupagem, ainda permanecem primando pelos aspectos defendidos pelo setor produtivo (S. Ball, 2000; Pablo Gentili, 1995, entre outras referências).

Outra questão presente nos documentos, mais especificamente no volume acerca do Projeto Pedagógico do curso, focaliza a função do desenvolvimento das competências na organização curricular como forma de credenciamento para o trabalho, como forma de aquisição do conhecimento contextualizado e de vital importância para essa formação profissional, tornando os conteúdos e as disciplinas como adereços que por si só têm suas limitações nesse modelo curricular e por isso funcionam apenas como meio para configuração das competências necessárias ao exercício profissional do docente.

Em relação ao perfil profissional, esse projeto de formação cai em ambiguidade ao afirmar respeito às diferenças regionais, uma vez que a perspectiva almejada leva em conta o estabelecimento de um perfil homogêneo de professor, sendo essa formação pretendida compatível com os princípios em defesa de um modelo de avaliação baseado na análise que produza resultados locais e que se apresentem compatíveis com sistemas de avaliação nacional e internacional no mesmo campo de atuação.

Por último, concluímos que a reforma educacional do estado de Minas Gerais para o período de 1999-2002 (Escola Sagarana) apresentada nos documentos produzidos pela esfera de poder (SEE/MG) e legitimados pela consulta realizada nas bases (Fórum dos Educadores Mineiros) vinculou os resultados desse investimento na formação dos professores ao melhor desempenho dos sistemas públicos de Educação do estado; defendeu um modelo de currículo baseado em competências, com finalidades recontextualizadas dos interesses do contexto de influência (global/local), tais como: política educacional que não se constrói de cima para baixo; o reconhecimento do trabalho dos professores e demais atores da escola; dar alguns passos adiante e concentrar esforços na ingente tarefa de projetar e construir um Sistema Mineiro de Educação coerente com o novo projeto de desenvolvimento que se deseja implementar no estado são alguns exemplos dessa recontextualização; manteve o sentido de atuação do estado como regulador e auditor das atividades ligadas ao ensino; impôs, através do discurso legal, a importância da participação dos professores nesse processo de reforma como forma de assegurar sua inserção no mundo do trabalho que, em tempos de globalização, está produzindo finalidades sociais de adaptação a contextos sempre novos nos quais o sujeito deve se inserir.

No desenvolvimento desta tese, procuramos levantar questões sobre a produção de Políticas Curriculares, defendendo os princípios dessa produção no entorno das ideias relacionadas com os

aspectos que admitem, na produção dessas políticas, a inter-relação entre os contextos e a recontextualização desses discursos nos múltiplos contextos, numa perspectiva distanciada de modelos envoltos por ideias prescritivas, homogeneizadoras e centralizadas.

**THE PRODUCTION OF CURRICULUM POLICY IN MINAS GERAIS
(1999-2002)**

Abstract: *The main objective of this paper is analysing the curricular changes constituted by Veredas Project, a Curriculum Policy that was elaborated and established in 1999-2002 period in Minas Gerais state. In order to it, we determined the Stephen Ball's Policy Cycle analysis as theoretical and methodological principle, in which the importance of interrelation of contexts (of influence, of the production and of the practice) is evidenced and global-local relations are valorized, showing that every policy has a propensity for interpretation and re-creation from original policy. As empirical resource, the research was done by analysing documents made by Education Department of Minas Gerais State (SEE/MG) to Veredas Project execution – Teachers' Superior Formation.*

Key words: *policy cycle; veredas project; educational policy*

Notas:

¹ Este artigo constitui-se em parte da tese defendida na URFJ em 2007 no programa de Pós-graduação em Educação e que se encontra disponibilizada, integralmente, no acervo dessa Instituição de Ensino. O autor é professor adjunto da UFJF na Faculdade de Educação. Email: prodias@hotmail.com.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Rui Rodrigues. **Reforma educacional (1995-2000):** da transição a um modelo singular da gestão. Fortaleza: UFC, Tese de Doutorado, 2002.

AIRES, Ana Maria Pereira. **Políticas de formação inicial para professores do ensino fundamental:** um estudo sobre o currículo do curso de pedagogia da UERN. Recife: UFPE, Dissertação de Mestrado, 2001.

AZEVEDO, Janete M. L. A. **Educação como política pública.** Campinas: Autores Associados, 1997.

BALL, S. Mercados educacionais, escolha e classe social: o mercado como uma estratégia de classe. In: GENTILI. **Pedagogia da Exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, p. 196-227, 1995.

_____. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, L. H. da. **A escola cidadão no contexto da globalização.** Petrópolis: Vozes, p. 127-137. 1999.

_____. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, v. 1. n. 2, p. 27-43, 2001.

_____. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89 p. 1105-1126, set/dez, 2004.

_____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**. V. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.

_____. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**. V. 6, n.2 p. 10-32, jul/dez. 2006.

BARÃO, Gilcilene O . Damasceno. **Conferência Mundial de Educação para todos – um novo consenso para a universalização da educação básica**. Rio de Janeiro: UERJ, Dissertação de Mestrado, 1999.

BARCELOS, Simone de M. Vieira. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação docente: flexibilização, qualidade e competência**. Goiás: UFG, Dissertação de Mestrado, 2004.

BARRETO, Edna Abreu. **Estado e políticas curriculares do Brasil dos anos 90: impactos na realidade paranaense**. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 2000.

BRASIL.MEC/SEF. **Referencias para formação de professores**. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei nº 9394/96. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília, 1993.

BERENBLUM, Andréa Sonia. **A invenção da palavra oficial – identidade e língua nacional em tempos de globalização**. Niterói (RJ): UFF, Tese de Doutorado, 2002.

BONAMINO, Alicia Maria C. **O sistema nacional de avaliação da educação básica: referências, agentes e arranjos institucionais e instrumentais**. Rio de Janeiro: PUC, Tese de Doutorado, 2000.

CAMPOS, Denise Aparecida. **Parâmetros curriculares nacionais: vozes, textos e contextos**. São Paulo: PUC, Tese de Doutorado, 2004.

CANDAU, Vera Maria. Reformas educacionais hoje na América Latina. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 1999.

CARVALHO, Maria Cristina M. de Carvalho. **Percursos de construção da proposta de ciclos de formação em escolas municipais de juiz de fora: um caminho novo?** Juiz de Fora (MG): UFJF, Dissertação de Mestrado, 2002.

CASASSUS, Juan. A Reforma educacional na América Latina no contexto da globalização. Campinas. **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 137-168, 2000.

_____. Descentralização e desconcentração educacional na América Latina: fundamentos e crítica. **Cadernos de Pesquisa**. N. 74, p. 11-19, 1989.

_____. Vínculos entre o governo central e o nível local: cinco observações sobre o papel do governo local. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. n. 12, p. 36-43, 1996.

CHIARELOTTO, Arivane Augusta. **Política educacional nos anos 90: a história nos parâmetros curriculares nacionais**. Florianópolis: UFSC. Dissertação de mestrado, 2000.

- CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1996.
- DESTRO, Denise de Souza. **A política curricular em educação física do município de Juiz de Fora: hibridismo entre o contexto de produção do texto político e o contexto da prática**. Rio de Janeiro: UERJ, Dissertação de Mestrado, 2004.
- DIAS, Rosanne Evangelista, LOPES, Alice Casimiro. Competências na formação de professores: o que (não) há de novo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85 p. 1155-1178, 2003.
- FIGUEIREDO, Ireni M. Z. **Políticas educacionais do estado do Paraná nas décadas de 80 e 90: dá prioridade à centralidade da educação básica**. São Paulo: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2001.
- FLORESTA, Maria das Graças Soares. **Poder, conhecimento e reforma educacional em Minas Gerais nos anos 90**. Piracicaba (SP): Universidade Metodista de Piracicaba, Tese de doutorado, 2000.
- FREITAS, José Cleber de. **Cultura e Currículo: uma relação negada na política do sistema de progressão continuada do estado de São Paulo**. São Paulo: PUC, Tese de doutorado, 2000.
- FRIGOTTO, Edith Ione dos Santos. **Construção curricular e demarcação discursiva: a gênese e afirmação, a proposta da escola cidadã de Porto Alegre**. Rio de Janeiro: PUC, Tese de Doutorado, 1999.
- GENTILI, Pablo. Adeus à escola Pública. In: GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, p. 228-252, 1995.
- _____. O discurso da qualidade como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo e SILVA, T. Tadeu. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis, Vozes, p. 111-177, 1994.
- GOODSON, Ivor. A crise da mudança curricular: algumas advertências sobre iniciativas de reestruturação. In: SILVA, Luiz Heron. **Século XXI: qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Vozes, p. 109-126, 1999.
- GOMES, Daniela Ignês. **Acertando passo e errando o caminho**. Juiz de Fora (MG): UFJF, Dissertação de Mestrado, 2000.
- HAGE, Salomão Antonio M. **Guerra cultura pela escola no Brasil: disputa pela direção do Plano Nacional de Educação (1998-1999)**. São Paulo: PUC, Tese de Doutorado, 2000.
- HOMMA, Maurício. **Políticas públicas de educação e práticas curriculares: uma experiência de interlocução em Santos – 1994/1996**. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 2002.
- IANNI, Otávio. **Teoria da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- INEP. **Evolução da educação Básica no Brasil: 1991-1997**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, 1997.
- JAMESON, F. **A cultura do dinheiro - ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LIMA, Alexandra Ferreira G. **Escolas e culturas: as possibilidades emancipatórias dos/nos currículos praticados**. Rio de Janeiro: UERJ, Dissertação de Mestrado, 2003.

LOPES, Alice Casimiro. **Competências na organização curricular da reforma do ensino médio.** Boletim Técnico do Senac. Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 1-20, 2001.

_____. Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo; o caso do conceito de contextualização. **Educação e Sociedade.** São Paulo, v. 23, n. 80, p. 389-404, 2002.

_____. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação,** p.109-118, 2004.

_____. Políticas de currículo: tensões entre recontextualização e hibridismo. **Currículo sem fronteiras,** v. 5, n. 2 jul/dez, 2005.

LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth (org.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos.** São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. O pensamento curricular no Brasil. In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2002.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

MACEDO, Elizabeth. Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais. In: MOREIRA, Antonio Flavio B. **Currículo: políticas e práticas.** Campinas: Papirus, p. 43-58, 1999.

_____. Currículo e competência. In: LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth. **Disciplinas e integração curricular: história e políticas.** Rio de Janeiro, DP & A, p. 115-143, 2002.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade,** v. 27, n. 94, p-47-69, 2006.

MARTINEZ, Maria Elena. **Cultura no singular ou cultura no plural?** As reformas educativas no Brasil e na Argentina nos anos 90. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 2000.

MARTINS, Rubens de Oliveira. **Permanência e movimento:** um olhar sobre o processo de construção das diretrizes curriculares para o ensino superior no contexto das políticas do MEC. Brasília: UnB, Tese de doutorado, 2004.

MONTICELLI, Fernanda Ferreyro. **Prática pedagógica, currículo e imaginário social nas séries iniciais do ensino fundamental.** Vitória (ES): UFES. Dissertação de Mestrado, 2001.

MOREIRA, Antonio Flavio B. Os parâmetros curriculares nacionais em questão. **Educação e Sociedade,** v. 21, n1. p. 9-23, 1996.

MOREIRA, A Flavio B.; LOPES, Alice C. e MACEDO, E. **Currículo e profissionalização docente:** reflexões. Rio de Janeiro: UFRJ/UERJ, 1998, mimeo. 19p.

_____. **A psicologia...e o resto:** o currículo segundo César Coll. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 100, p. 93-107, 1997.

MOURA, Ana Lucia de. **Projeto pedagógico da escola pública:** regulação ou emancipação? Brasília: UnB, Dissertação de Mestrado, 2002.

OLIVEIRA, D. A . O Banco Mundial e as políticas de formação docente: a centralidade da educação básica. **Anais do X Endipe.** Rio de Janeiro, 2000.

- OLIVEIRA, Daniela Motta de. **A formação de Professores na Lei 9394/96** – um estudo comparativo das diretrizes estabelecidas para formação de professores no ensino federal nos anos 70 e 80. Juiz de Fora (MG): UFJF, Dissertação de Mestrado, 2002.
- OLIVEIRA, Ozerina Victor de. **Trabalho docente e produção de resistência em um currículo das séries iniciais do ensino fundamental**. Mato Grosso: UFMT, Dissertação de Mestrado, 1997.
- PACHECO, José Augusto. **Políticas curriculares: referenciais para análise**. Porto Alegre, ArtMed, 2003.
- PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento educacional** – a visão do plano decenal de educação para todos: 1993-2003. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1998.
- PAIVA, Edil V.; PRAZERES, Rita de Cássia e DIAS, Rosanne E. Políticas curriculares no foco das investigações. In: LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth (org.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos**. São Paulo: Cortez, 2006.
- PERONI, Vera Maria V. **A redefinição do papel do estado e a política educacional no Brasil dos anos 90**. São Paulo: PUC, Tese de Doutorado, 1999.
- PORCIÚNCULA, Zenith Pires de M. **O currículo dos ciclos de formação em escolas municipais de Goiânia: da integração proposta à integração possível**. Goiás: UCG, Dissertação de Mestrado, 2002.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo** – uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SANTIAGO, Mylene Cristina. **A formação de professores nas IFES mineiras: a diversidade em questão**. Juiz de Fora (MG): UFJF, Dissertação de Mestrado, 2002.
- SANTIAGO, Anna Rosa F. **Política, currículo e educação básica: um estudo do campo do currículo nas políticas públicas de educação**. Porto Alegre: UFRGS, Tese de Doutorado, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, p. 25-104, 2002.
- SHEEN, Maria R. C. C. **Política educacional e hegemonia: a criação das primeiras universidades estaduais do Paraná na década de 1960**. São Paulo: UNICAMP, Tese de Doutorado, 2000.
- SILVA, Ileizi L. F. **Reforma ou contra-reforma no sistema de ensino do estado do Paraná** – uma análise da meta da igualdade social nas políticas educacionais dos anos 90. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TEIXEIRA, Beatriz de Basto. **Por uma escola democrática: colegiado, currículo e comunidade**. São Paulo: USP, Tese de doutorado, 2000.
- TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge e HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000.
- TORRES, Carlos Alberto. Elementos para uma crítica ao neoliberalismo. In: GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, p. 109-136, 1995.

TORRES, Carlos Alberto e BURBULES, Nicholas C. Globalização e educação: uma introdução. In. **Globalização e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 11-26, 2000.

TORRES, R. M. **Tendências da formação docente nos anos 90**. II Seminário Internacional. Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas. São Paulo: PUC, 1998.

TURA, Maria de Lourdes Rangel. Conhecimentos escolares e a circularidade entre culturas. In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.